

<i>Nota à 21ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I — As funções do Estado</i>	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
<i>III — A função política ou de governo</i>	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i>	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	42
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i>	51
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i>	56
<i>Direito subjetivo público, 59; Interesses primários e secundários do Estado, 62</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	66
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 66;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 70</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	83
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i>	92
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 93; 2ª) Princípio da legalidade, 96; 3ª) Princípio da finalidade, 103; 4ª) Princípio da razoabilidade, 105; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 107; 6ª) Princípio da motivação, 108; 7ª) Princípio da impessoalidade, 110; 8ª) Princípio da publicidade, 110; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 111; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 115; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 116; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 116; 13ª) Princípio da eficiência, 117; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 118

- II** — *Restrições excepcionais ao princípio da legalidade*
 a) *Medidas provisórias, 121; b) Estado de defesa, 129; c) Estado de sítio, 130*

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO

ADMINISTRATIVO 133

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — *Os órgãos e as competências públicas 135*
Órgãos públicos, 136; Classificação dos órgãos, 137; Competências públicas, 138 (Conceito de competência, 140)
- II** — *Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia 142*
- III** — *Centralização e descentralização administrativa 145*
Desconcentração, 146; A hierarquia e os poderes do hierarca, 146; Distinção entre descentralização e desconcentração, 147; O controle, 147
- IV** — *Organização administrativa da União: Administração direta e indireta 148*
Administração direta da União, 149; Critério classificador do Decreto-lei 200, 150

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 153

- I** — *Autarquias*
Conceito, 153; Regime jurídico, 154 (a) Relações com a pessoa que as criou, 155; b) Relações com terceiros, 158; c) Relações internas, 160); Autarquias especiais ou sob regime especial, 162; Agências reguladoras, 162; Agências executivas, 174
- II** — *Fundações públicas*
Conceito legal: impropriedade, 176; Natureza das fundações públicas, 178

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 179 (Conceito legal: impropriedade, 180); Conceito de sociedade de economia mista, 183 (Conceito legal: impropriedade, 184); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 186; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 186; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 189; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 191; Empresas estatais e concessão de serviço público, 192; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 194; O regime jurídico das empresas estatais, 196 (a) Relações com a pessoa que as criou, 197; b) Relações com terceiros, 200; c) Relações internas, 212)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	214
	<i>Contrato de gestão, 216; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 217 (O art. 37, § 8^a, da Constituição, 223; Contrato entre órgãos?, 224); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 227; Organizações sociais, 227; Organizações da sociedade civil de interesse público, 233</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	235
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	238
	<i>a) Agentes políticos, 238; b) Servidores estatais, 239 (Servidores públicos: conceito e espécies, 240; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 241); c) Particulares em colaboração com a Administração, 241</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	242
	<i>a) Cargos públicos, 242; b) Funções públicas, 243; c) Empregos públicos, 243</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	244
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	245
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	246

- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* 252
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
- a) *Limite global de despesas com pessoal, 253; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 257; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 258*
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
- a) *Criação de remuneração por subsídios, 258; b) Limite de remuneração, 260; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 264; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 264; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 264; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 264; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 265*
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados) ...* 266
- a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 266 (Admissão e dispensa nas estatais, 269); b) Contratação excepcional sem concurso, 271; c) Direito de greve e de sindicalização, 272; d) Proibição de acumulação remunerada, 272; e) Sanção por improbidade administrativa, 274*
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* 274
- a) *Irredutibilidade de vencimentos, 274; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 274; c) Estabilidade, 275; d) Disponibilidade, 276; e) Aposentadoria e proventos, 277; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 278; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 279; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 281; i) Contribuição previdenciária, 284; j) Atualização de proventos e pensões, 287*
- XII** — *Os cargos públicos* 289
- a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 289; b) Classificação dos cargos, 289 (Cargos em comissão, 290; Cargos de provimento efetivo, 290; Cargos vitalícios, 291); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 292*

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	292
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 293; Posse, 293); <i>b) Provimentos derivados</i> , 294 (Provimento derivado vertical (promoção), 294; Provimento derivado horizontal (readaptação), 295; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 295)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	296
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 296 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 297; Direitos de ausência ao serviço, 299; Aposentadoria, 304); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 304	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	306
	<i>Prescrição</i> , 309	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	309
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	314

PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

321

Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

I	— <i>Introdução</i>	323
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	325
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	326
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	327
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	328
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	328
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	335
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	338
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	344
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	350
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	353

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 355; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 359; c) Os conceitos jurídicos, 360; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 362; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 363; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 366</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	366
III	— Conceito de ato administrativo	368
IV	— Perfeição, validade e eficácia	370
V	— Requisitos do ato administrativo	372
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 376; Forma, 377</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 377; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 379; B) Motivo (pressuposto objetivo), 379 (Motivo do ato e motivo legal, 380; Motivo e móvel, 381; O papel da vontade no ato administrativo, 381; Motivo e motivação, 382; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 383; Teoria dos motivos determinantes, 386); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 386; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 387 (Teoria do desvio de poder, 388); E) Causa (pressuposto lógico), 390; F) Formalização (pressuposto formalístico), 393</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	395
IX	— Atributos dos atos administrativos	399
	<i>Casos em que cabe excoutoriedade, 403; Defesas contra a excoutoriedade, 404</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	404
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 404; b) Quanto à estrutura do ato, 405; c) Quanto aos destinatários do ato, 406; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 406; e) Quanto à função da vontade administrativa, 406; f) Quanto aos efeitos, 407; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 407; h) Quanto à situação de terceiros, 409; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 409; j) Quanto à formação do ato, 409; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 410; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 410</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	411
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 419; Como formas de manifestação de outros atos, 421</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	423
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	425
XV	— Revogação <i>Conceito, 428; Sujeito ativo da revogação, 429; Objeto da revogação, 430; Fundamento da revogação, 431; Motivos da revogação, 433; Efeitos da revogação, 434; Natureza do ato revogador, 435; Limites ao poder de revogar, 435; Revogação e indenização, 437</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	438
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	440
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 441; Objeto da invalidação, 442; Fundamento da invalidação, 443; Motivo da invalidação, 443; Forma da invalidação, 443; Efeitos da invalidação, 445; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 446; Atos irregulares, 449; Comentários às diferentes teorias, 450; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 451; Convalidação, 452; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 454; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 457; Regime dos atos inválidos, 457; Invalidação e dever de indenizar, 459; Direito de resistência contra atos inválidos, 460</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	462
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	464

Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo	465
	<i>Procedimento e ato complexo, 471</i>	
II	— Requisitos do procedimento	472
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	473
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	476
V	— Espécies de procedimento	477
VI	— Fases do processo ou procedimento	479
VII	— Princípios do procedimento	480
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	484

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	489
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	490
	<i>Âmbito de abrangência, 491; Competência, 491; Princípios do processo e garantias do administrado, 492; Sequência processual, 497; Prazos processuais, 500; Revogação, anulação e convalidação, 502</i>	
Capítulo IX — LICITAÇÃO		
I	— Conceito e finalidades	503
II	— A legislação sobre licitação	506
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 510</i>	
III	— Os princípios da licitação	511
IV	— Quem está obrigado a licitar	515
V	— Os pressupostos da licitação	518
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	519
	<i>Bens singulares, 519; Serviços singulares, 520; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 521; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 521; Inexigibilidade de licitação, 526; Serviços técnicos de natureza singular, 528; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 531; Licitação proibida, 531</i>	
VII	— Modalidades da licitação	532
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 538; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 539; Pregão e consulta, 540 (Procedimento do pregão, 541); Registros cadastrais, 546; O registro de preços, 547; Comissões de licitação, 548; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 549; Alienação de bens, 550; Licitações internas e licitações internacionais, 551</i>	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	552
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 552; Vedações nas licitações, 553</i>	
IX	— Fases da licitação	554
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 555; Exame das propostas, 556; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 556; Esquema analítico das fases, 557; Sequência procedimental da concorrência, 558</i>	
X	— O edital	560
	<i>Vícios do edital, 563</i>	

XI	— A habilitação	564
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 570; Consórcios, 570; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 571; Comparecimento de um único licitante, 572; Pré-qualificação, 572; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 573; Efeito jurídico da habilitação, 573; Vícios da habilitação, 574</i>	
XII	— O julgamento	575
	<i>Requisitos das propostas, 575; Objetividade do julgamento, 579; Classificação, 579; Desempate entre as propostas, 579; Os “tipos” de licitação, 579; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 582; Classificação de uma só proposta, 583; Vícios da classificação, 583; Efeito jurídico da classificação, 584</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	584
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	585
XV	— Recursos administrativos	586
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	587
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 587; Revogação da licitação, 587; Anulação da licitação, 588</i>	
XVII	— Crimes	591
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	591
 Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	593
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 594</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	595
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	597
IV	— Conceito de contrato administrativo	599
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	601
	<i>A lógica do contrato administrativo, 602</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	603
	<i>Alteração unilateral do contrato, 605; Alteração bilateral do contrato, 606; Extinção unilateral do contrato, 607; Outras hipóteses de extinção, 607; A “exceptio non adimpleti contractus”, 608; Prazo e prorrogação dos contratos, 608; Formalidades do contrato administrativo, 610; Eficácia dos contratos administrativos, 611; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevisas), 611; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 618

VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	619
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 622; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 627</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	628
IX	— A teoria da imprevisão	629
X	— As cláusulas de reajustes de preços	632
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	634
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	637
XIII	— Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa	638
XIV	— Convênios e consórcios	642
PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		645

Capítulo XI — **SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA**

I	— Conceito de serviço público	649
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 653; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 655; Princípios do serviço público, 655</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	659
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	660
	<i>Serviço público e obra pública, 661; Serviço público e poder de polícia, 661; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 663</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	664
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	667
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 667; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 667; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 668; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 668</i>	
VI	— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	668

VII	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i>	669
VIII	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i>	671
IX	— <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 674; Modalidades de execução indireta, 675; Obra de grande vulto, 676; Obra de imenso vulto, 676; Garantia de execução, 677; Fiscalização da obra, 677; Recebimento da obra, 678; Responsabilidade pela obra, 678</i>	
 Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i>	680
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 681; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 682; Impropriedade das definições legais, 685; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 689; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 690</i>	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i>	692
	<i>Licitação das concessões, 694; O “contrato” de concessão, 699; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 699; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 701</i>	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i>	702
IV	— <i>Os poderes do concedente</i>	704
V	— <i>Os direitos do concessionário</i>	709
	<i>Remuneração do concessionário, 710</i>	
VI	— <i>As tarifas</i>	710
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 713; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 714</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i>	719
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i>	720
IX	— <i>A reversão dos bens</i>	725

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	727
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	728
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	731
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	742
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	743
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 744; Modalidades, 745; Concessão administrativa: a falsa concessão, 747; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 748; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 749; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 750; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 750; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 750; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 752; Licitação nas parcerias público-privadas, 753; Disposições aplicáveis apenas à União, 754; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 755 (Vinculação de receitas, 755; Fundos especiais, 756; Empresa estatal garantidora, 758; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 759; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 759)</i>	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i>	761
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 764; Liberdade de iniciativa, 765; Atividades privadas sob regime especial, 770; Função social da propriedade, 770; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 772; CADE: organização e funções, 772; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 774; Infrações à ordem econômica, 774; Sanções por infrações à ordem econômica, 776; Acordo de leniência, 777; Defesa do consumidor, 778; Monopólio, 781</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	781

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— <i>Introdução</i>	784
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	788
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	789
IV	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	790
V	— <i>Essência do poder de polícia</i>	795
	<i>Traços característicos, 797</i>	
VI	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	799
VII	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	801
VIII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	802
IX	— <i>Definição de polícia administrativa</i>	803
X	— <i>Polícia geral e polícia especial</i>	803
XI	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	805
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	807
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	809
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i>	810
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	810

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— <i>Conceito</i>	813
II	— <i>Finalidades</i>	814
III	— <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	815
IV	— <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	816
V	— <i>Princípios</i>	816
	<i>a) Princípio da legalidade, 816; b) Princípio da anterioridade, 818; c) Princípio da tipicidade, 818; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 821; e) Princípio da proporcionalidade, 822; f) Princípio do devido processo legal, 823; g) Princípio da motivação, 824</i>	
VI	— <i>Providências acautelatórias</i>	825
VII	— <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis</i>	826
VIII	— <i>Multas</i>	828
IX	— <i>Dever de sancionar</i>	829

Capítulo XVI — *DESAPROPRIAÇÃO*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	831
<i>II</i>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i>	836
<i>III</i>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i>	837
<i>IV</i>	— <i>Requisitos da desapropriação</i>	838
<i>V</i>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i>	840
<i>VI</i>	— <i>Objeto da desapropriação</i>	841
<i>VII</i>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i>	843
<i>VIII</i>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i>	843
<i>IX</i>	— <i>A declaração de utilidade pública</i>	844
<i>X</i>	— <i>A imissão provisória de posse</i>	847
<i>XI</i>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i>	850
<i>XII</i>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i>	854
<i>XIII</i>	— <i>Desapropriação por zona</i>	854
<i>XIV</i>	— <i>Desapropriação indireta</i>	855
<i>XV</i>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i>	856
<i>XVI</i>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i>	857
<i>XVII</i>	— <i>Requisição</i>	870
<i>XVIII</i>	— <i>Servidão administrativa</i>	872

Capítulo XVII — *GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i>	876
<i>II</i>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i>	877
<i>III</i>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i>	878
<i>IV</i>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i>	878
<i>V</i>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i>	880
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 881; b) Bens do domínio terrestre, 882 (Domínio do solo, 882; Domínio do subsolo, 886)</i>	
<i>VI</i>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i>	887
<i>VII</i>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i>	888
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 888; b) Utilização dos bens de uso especial, 892; c) Utilização dos bens dominicais, 893</i>	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 899**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

I	— Controle interno e externo	901
	a) Controle interno, 903; b) Controle externo, 904	
II	— Controle parlamentar direto	904
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 904; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 904; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 905; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 905; e) Poderes controladores privativos do Senado, 906; f) Julgamento das contas do Executivo, 906; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 907	
III	— Controle pelo Tribunal de Contas	907
	a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 907; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 908; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 909	
IV	— Controle jurisdicional (panorama)	910
	a) “Habeas corpus”, 917; b) Mandado de segurança, 918; c) “Habeas data”, 919; d) Mandado de injunção, 919; e) Ação popular, 920; f) Ação civil pública, 920; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 920	

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
E CONTROLE JUDICIAL**

I	— Introdução	922
II	— Princípio da legalidade	924
III	— Vinculação e discricionariedade	925
	Mérito do ato, 918	
IV	— Fundamentos da discricionariedade	929
V	— Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	932
VI	— Conceito de discricionariedade	936
VII	— Limites da discricionariedade	936
VIII	— Extensão do controle judicial	941
	a) Exame dos motivos, 941; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 943; c) Exame da causa do ato, 946	

IX	— <i>Relatividade da competência discricionária</i>	947
X	— <i>Conclusão</i>	953
Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS		
I	— <i>Introdução</i>	957
II	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i>	958
III	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i>	960
IV	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i>	963
V	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i>	964
	a) <i>Princípio da irresponsabilidade do Estado, 964; b)</i> <i>Princípio da responsabilidade do Estado, 966; c) Respon-</i> <i>sabilidade subjetiva do Estado, 966; d) Responsabilidade</i> <i>objetiva do Estado, 969</i>	
VI	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i>	970
VII	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i>	971
VIII	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i>	971
IX	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i>	973
	a) <i>Danos por ação do Estado, 974; b) Danos por omissão</i> <i>do Estado, 976; c) Danos dependentes de situação produ-</i> <i>zida pelo Estado diretamente propiciatória, 981</i>	
X	— <i>O dano indenizável</i>	984
XI	— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i>	987
XII	— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i> a) <i>Introdução, 989; b) Evolução normativa da responsa-</i> <i>bilidade do Estado no Brasil, 991; c) Responsabilidade</i> <i>subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 994;</i> <i>d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a</i> <i>terceiros, 997; e) Responsabilidade estatal na jurispru-</i> <i>dência brasileira, 990; f) A forma de efetivação da res-</i> <i>ponsabilidade do Estado, 1002</i>	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i>	1005
II	— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i>	1007

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1008
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1011
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1011
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1013
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES		1017
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1023